



# As Contribuições de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson e o Prêmio Nobel de Economia 2024

🕒 29 de outubro de 2024



**Giacomino Balbinotto Neto**  
Professor de Economia do PPGE/UFRGS-EA

ARTIGO

As Contribuições de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson e o Prêmio Nobel de Economia 2024

Neste artigo o professor **Giacomino Balbinotto Neto** apresenta algumas das concepções dos vencedores do prêmio Nobel de 2024: Daron Acemoglu (economista turco-americano, de origem armênia), Simon Johnson (economista americano) e James Alan Robinson (economista e cientista político britânico).

Nas palavras de Balbinotto Neto, o tema abordado pelos premiados não é novo. Entretanto, a atualidade do tema consiste no fato de que ele prevê uma discussão de um dos principais problemas econômicos da atualidade: o crescimento econômico. Na análise do professor, os ganhadores do Nobel deste ano se concentram nas instituições para explicar as diferenças de prosperidade, na esteira das regras formais e informais que regem a organização de uma sociedade, abarcando suas leis, normas e regulamentos.

Confira, na íntegra, o artigo do professor Giacomino Balbinotto Neto [aqui](#).

>> **Novidade!** Acompanhe as atualizações da FCE no [WhatsApp](#)

🔍 Análise: conjuntura nacional e internacional Notícias



Post anterior

Próximo post

Últimas atualizações:



ANÁLISE, CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL, NOTÍCIAS  
**As Contribuições de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson e o Prêmio Nobel de Economia 2024**

🕒 29 de outubro de 2024 /



ADMINISTRATIVO, INSTITUCIONAL, NOTÍCIAS  
**Atividades presenciais suspensas a partir das 12h de hoje**

🕒 24 de outubro de 2024 /



EDITAIS, EDITAIS ABERTOS, NOTÍCIAS, PÓS-GRADUAÇÃO  
**PGDR Edital 7/2024 – Bolsa PIPD**

🕒 23 de outubro de 2024 /

LINKS ÚTEIS



Tua UFRGS



Datas letivas



Catálogo do servidor



Oportunidades

EB Perícias

30 de outubro de 2024

Vaga para Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Ciências Atuariais ou Administração,

Alfaiate Consultoria em Estratégia

30 de outubro de 2024

Vaga de estágio para Ciências Econômicas

DA&B

29 de outubro de 2024

Vaga de estágio para Ciências Contábeis

Redes sociais



## As Contribuições de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson e o Prêmio Nobel de Economia 2024

Giácomo Balbinotto Neto

Professor de Economia do PPGE/UFRGS-EA

[giacomo.balbinotto@ufrgs.br](mailto:giacomo.balbinotto@ufrgs.br)

O objetivo deste artigo apresentar algumas das ideias dos ganhadores do prêmio Nobel desta ano, Daron Acemoglu (*Massachusetts Institute of Technology*), Simon Johnson, (*Massachusetts Institute of Technology*) e James A. Robinson (*University of Chicago*), devido a sua contribuição para o entendimento de como as instituições são formadas e com elas afetam a prosperidade das nações. [cf. <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2024/press-release/>].

Este não é um tema novo, estando o mesmo na origem da economia como ciência nos trabalhos de Adam Smith (1776). Passados mais de 200 anos da publicação do livro de Adam Smith - “A Riqueza das Nações”, ele permanece atual e fundamental para a compreensão do mundo que vivemos. A sua atualidade reside no fato de que ele provê uma discussão de um dos principais problemas econômicos da atualidade - **o crescimento econômico**, ou seja, o que explicaria o fato de que alguns países crescem mais do que os outros, ou ainda como colocam os historiadores Douglas North (Prêmio Nobel de Economia) e David Landes e mais recentemente Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson - por que todos os países não são ricos e por que nós somos pobres e eles são ricos? A resposta estaria nas instituições, que foi o tema central do livro de Adam Smith, mas não qualquer tipo de instituição, mas aquelas que promovessem a construção de uma ordem social na qual os indivíduos, na busca de seus próprios interesses e agindo independentemente de um controle e planejamento central, contribuiriam para o bem-estar e os interesses da sociedade, mesmo que isto não fossem a sua intenção inicial.

Segundo Daron Acemoglu (*Massachusetts Institute of Technology*), Simon Johnson, (*Massachusetts Institute of Technology*) e James A. Robinson (*University of Chicago*), algumas sociedades constroem instituições inclusivas e prosperam, enquanto, em outras, instituições extrativistas ficam para trás. Esse é o argumento central do livro “Por que as Nações Fracassam”, de Daron Acemoglu e James Robinson (2012). Mas por que alguns países conseguem fazer a transição rumo a sociedades mais inclusivas? Essa foi a investigação que resultou em outro livro da celebrada dupla de acadêmicos. Trata-se de “O Corredor Estreito”. Em “Por Que As Nações Fracassam”, eles apresentam aquela dicotomia dramática, das instituições extrativistas e inclusivas, e mostram que alguns países fizeram essa transição. Com o livro “O Corredor Estreito”, eles buscaram compreender melhor como os países desenvolvem instituições inclusivas, o processo pelo qual isso ocorre.

O crescimento econômico provocado por instituições econômicas inclusivas, que são aquelas que garantem os direitos de propriedade, a lei e a ordem, o apoio estatal (serviços públicos e regulação) aos mercados; são sociedades abertas à entrada de novas empresas; que fazem cumprir os contratos; proporcionam acesso à educação e oportunidades para a grande maioria dos cidadãos, ou seja, que criam um ambiente de incentivos ao investimento e à inovação, bem como condições de concorrência equitativas. Mas a maioria das sociedades ao longo da história é, hoje, governada por instituições econômicas extrativistas. Instituições extrativistas são aquelas que são projetadas pelas elites politicamente poderosas para extrair recursos do resto da sociedade. E seus efeitos são perversos em termos de crescimento econômico e para a prosperidade das nações.

Instituições econômicas inclusivas e extrativistas não existem no vácuo, mas são apoiadas por certas instituições políticas. Estas instituições políticas concentram o poder nas mãos de poucos, sem constrangimentos, freios e contrapesos ou de Estado de Direito. Já as instituições políticas inclusivas são instituições que permitem uma ampla participação da população e o pluralismo em termos políticos e econômicos. Estas instituições impõem restrições e controles aos políticos.

Embora tanto a cultura (religião, atitudes, valores) quanto a geografia (clima, topografia, ambientes de doenças etc.) sejam importantes para a capacidade dos seres humanos de formar sociedades que funcionem bem, elas não são as principais fontes dessa divergência com relação ao crescimento econômico.

A & R (2019) mostraram que existem enormes diferenças no PIB *per capita* e nos padrões de vida entre os países. Basta ver o hiato referente ao PIB *per capita* entre os Estados Unidos e a República Democrática do Congo, Gana ou Haiti. Eles destacam como esses hiatos podem ser explicados em termos de diferenças entre países tanto em termos de capital físico, como capital humano e tecnologia. No entanto, uma explicação baseada apenas nessas causas levanta imediatamente a questão de porque alguns países acumularam mais capital físico, investiram mais em capital humano e desenvolveram e adotaram tecnologias melhores do que outros países. Afinal, se investir em capital físico e humano e adotar tecnologias de ponta pode levar a grandes melhorias no PIB, todos os países do mundo não gostariam de fazê-lo? Por que o mundo inteiro não é tão desenvolvido quanto os Estados Unidos ou as nações da Europa Ocidental? Essas questões nos fazem perceber que as diferenças no capital físico, no capital humano e na tecnologia são apenas causas próximas do desempenho econômico. Eles designam isto de causas próximas de prosperidade porque relacionam altos níveis de prosperidade a altos níveis de insumos para a produção, mas sem fornecer uma explicação para o motivo pelo qual os níveis desses insumos são altos. Para chegar às razões pelas quais alguns países são incapazes ou não querem investir em diferentes quantidades de capital físico, capital humano e tecnologia, temos que aprofundar as análises. Foi isso que eles fizeram em suas diversas pesquisas e publicações que lhe renderam o Prêmio Nobel. Isto também já havia sido destacado por outro ganhador do Prêmio Nobel, Douglass North.

A causalidade com relação ao crescimento econômico e a prosperidade das nações pode ser complexa pois as vezes temos que ver o que está abaixo da superfície para entender as verdadeiras causas de um fenômeno observado. Referimo-nos a esses fatores subjacentes como as causas fundamentais da prosperidade, que são definidas como aquelas causas que estão na raiz das diferenças nas causas próximas da prosperidade. Embora existam muitas teorias diferentes sobre as causas fundamentais da pobreza e da prosperidade – teorias sobre por que as nações mais pobres em todo o mundo têm tecnologias piores e não investem em capital físico e humano tanto quanto as ricas – é útil classificá-las em três categorias: 1) teorias de geográficas, 2) as teorias culturais e as teorias institucionais.

Os ganhadores do Nobel deste ano se concentram na terceira causa - as instituições – para explicar as diferenças de prosperidade. Ela envolve as instituições, as regras formais e informais que regem a organização de uma sociedade, incluindo suas leis e regulamentos. A hipótese das instituições baseia-se na seguinte cadeia de raciocínio: (i) sociedades diferentes normalmente têm instituições diferentes. (ii) estas diferentes instituições criam diferentes tipos de incentivos. (iii) os incentivos ajudam a determinar o grau em que as sociedades acumulam os fatores de produção e adotam novas tecnologias.

A ideia de que a prosperidade de uma sociedade depende de suas instituições não é nova. Ela remonta pelo menos a Adam Smith, o pai da economia, que, em *A Riqueza das Nações*, enfatizou a importância dos mercados na geração de prosperidade através do funcionamento da mão invisível e alertou como as restrições aos mercados – por exemplo, na forma de restrições ao comércio – poderiam destruir tal prosperidade. Douglass North também contribuiu muito para esta abordagem.

Então, qual dessas explicações amplas explica a maioria das diferenças de prosperidade que observamos ao nosso redor? Segundo Acemoglu e Robinson (2012) e Acemoglu, Laibson e List (2015), uma das potenciais causas das diferenças na prosperidade das nações envolve as instituições, isto é, as regras formais e informais que governam as instituições de uma economia e sociedade, incluindo regulações e leis. [cf. também Douglass North (1990)]. As instituições constituem-se nas regras do jogo de uma sociedade, sendo elas, como definidas por Douglass North (1990), como sendo mecanismos estruturados que dão forma as interações humanas. Esta definição de Douglass North (1990) captura três importantes elementos que buscam definir as instituições: (i) elas são determinadas pelos indivíduos enquanto membros da sociedade; (ii) elas impõem restrições sobre o comportamento e (iii) elas dão forma ao comportamento determinando os incentivos.

A hipótese institucional assume que os diferentes modos pelos quais os seres humanos têm de escolher para organizar suas sociedades – diferenças estas que dão forma e estruturam os incentivos que os indivíduos e as firmas fazem face na sociedade e que estão na raiz das diferenças que explicariam suas prosperidades relativas. Por exemplo, como destacam Acemoglu, Laibson e List (2015), quando os mercados alocam indivíduos a ocupações na qual sua produtividade é a mais alta, as leis e regulações encorajam as firmas a investir em capital físico, tecnologia e no sistema educacional, que permite e encoraja as pessoas a investir no seu capital humano, de modo que a economia gere o

maior PIB possível e alcance a maior prosperidade do que quando as instituições falham em fazer isto. Resumindo os argumentos acima, a hipótese institucionalista assume o seguinte canal de raciocínio: (i) diferentes sociedades tendem a ter, de um modo geral, diferentes instituições; (ii) diferentes instituições tendem a criar diferentes tipos de incentivos e, (iii) os incentivos por sua vez ajudam a determinar o grau pelo qual as sociedades acumulam fatores de produção (capital e trabalho) e adotam novas tecnologias. Vários casos tendem a ilustrar esta hipóteses [Áustria e Tchecoslováquia, Coreia do Sul e Coreia do Norte; Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental]

Acemoglu e Robinson (2012) e Acemoglu, Laibson e List (2015) enfatizam também que, grande parte do desempenho relativo das nações deve-se a um sistema de se fazer cumprir os direitos de propriedade privada (*well-enforced private property right*), o que implica que os indivíduos podem manter suas propriedades tais como negócios, casas, carros etc., sem ter o medo e a insegurança de que um governo ou outros indivíduos os tomem de modo arbitrário.

Segundo Acemoglu e Robinson (2012), quando uma sociedade e uma economia provêm direitos de propriedade seguros, estabelecendo um sistema judicial que faça cumprir os contatos e sustente a lei, ela irá permitir que as partes privadas firmem contratos para transações financeiras, mantendo assim, a entrada aberta e livre para diferentes negócios e ocupações, tornado capaz e factível que os indivíduos adquiram educação e habilidades para tomar parte em tais negócios e ocupações. Quando isto ocorrer, temos o que eles definem como instituições econômicas inclusivas. As instituições são consideradas inclusivas no sentido de que elas iriam encorajar a participação da grande maioria da população nas atividades econômicas de um modo tal que elas façam uso dos seus melhores talentos e habilidades, ou seja, que tenhamos a melhor alocação de talentos possível. Isso também irá contribuir para o crescimento e a prosperidade econômica [Acemoglu e Robinson 2012 e Acemoglu, Laibson e List (2015)]. Estas são as instituições que devem ser estimuladas e criadas.

Segundo Acemoglu e Robinson (2012, p. 58-60), as instituições econômicas inclusivas seriam aquelas que possibilitariam e estimulariam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazerem escolhas que bem entenderem. Ainda segundo eles, para que estas instituições sejam realmente inclusivas elas devem incluir a segurança da propriedade privada, a existência de um sistema jurídico imparcial e ainda uma gama de serviços públicos que proporcione condições igualitárias para que os indivíduos possam realizar trocas e estabelecer e firmar contratos, além de permitir o ingresso de novas empresas no mercado e que cada um escolha sua profissão segundo suas habilidades e talentos.

As instituições econômicas inclusivas fomentam a atividades econômica, o aumento da produtividade e da prosperidade econômica. Neste sentido, a proteção aos direitos de propriedade é fundamental, pois somente quando eles forem assegurados é os indivíduos e empresários estarão dispostos a investir, inovar e aumentar a produtividade de seus empreendimentos. Quem acreditar que iria correr o risco de ter sua produção roubada, expropriada ou tributada de modo exagerado teria pouco incentivo para trabalhar, investir

e inovar. Assim, tais direitos devem estar garantidos para a maior parte da sociedade. [Acemoglu e Robinson, (2012, p.59)].

Um aspecto importante que deve ser destacado é o papel do Estado. Segundo Acemoglu e Robinson (2012, p. 59-60), para que os serviços públicos (estradas, rede de transporte, infraestrutura pública, prevenção a fraudes etc.), leis, direitos de propriedade e liberdade de se firmar contratos sejam assegurados e relações de troca, dependem do Estado. O ponto fundamental que eles chamam a atenção é que as instituições econômicas inclusivas precisam do Estado e fazem uso dele [Acemoglu e Robinson, 2012, p.60]. Este argumento será retomado no livro “o Corredor Estreito”

As instituições econômicas inclusivas são importantes também por criarem mercados inclusivos no sentido de que eles irão conferir aos indivíduos a liberdade de realizar e direcionar os esforços de suas vidas para aquelas vocações que eles mesmos considerem as mais adequadas e promissoras, mas também que permitam criar condições iguais para todos. [Acemoglu e Robinson (2012, p.60)]. Outro ponto destacado por Acemoglu e Robinson (2012, p. 61) referente as instituições econômicas inclusivas é que elas preparam o terreno para outros dois outros fundamentos da prosperidade econômica: (i) a tecnologia e, (ii) a educação.

Segundo Acemoglu e Robinson (2012, p. 62), a capacidade das instituições econômicas de explorar o potencial dos mercados inclusivos, estimular a inovação tecnológica, em investir e mobilizar talentos e competências de muitos indivíduos é fundamental para se gerar um crescimento econômico sustentado no longo prazo. O ponto fundamental ser destacado aqui é que as instituições econômicas inclusivas fortalecem as atividades econômicas, o crescimento da produtividade e a prosperidade econômica, enquanto as instituições extrativistas falham em fazer isto. Para eles, os direitos de propriedade são um aspecto central com relação a este princípio porque, somente aqueles que tem seus direito de propriedade assegurados irão estar dispostos a investir em máquinas, equipamentos, infraestrutura e aquisição de conhecimentos e habilidades.

Outro importante ponto a ser destacado aqui, como mencionado por Acemoglu e Robinson (2012, p.332), diz respeito a ligação das instituições econômicas e políticas inclusivas. Mas o ponto que gostaríamos de destacar aqui, como eles nos advertem, é que as instituições econômicas inclusivas são sustentadas por suas contrapartes políticas (isto é, aquelas que promovem ampla distribuição do poder político de maneira pluralista e conseguem alcançar algum grau de centralização política, de modo a estabelecer a lei e a ordem, que são os fundamentos de direitos de propriedade seguros de uma economia demarcado inclusiva), ao mesmo tempo que lhe daria sustentação política.

Segundo eles, as instituições econômicas inclusivas (as que asseguram os direitos de propriedade, criam condições igualitárias para todos e incentivam os investimentos em novas tecnologias e competências) teriam maiores chances de conduzir ao crescimento econômico do que as extrativistas, que são estruturadas de modo que poucos possam extrair recursos de muitos e mostram-se incapazes de proteger os direitos de propriedade ou fornecer incentivos para a atividade econômica.

Como exemplo dos temas da literatura, Acemoglu e Robinson (2022) perguntam não apenas por que certos países desenvolvem um Estado altamente capaz e outros não, mas também porque, entre aqueles que o fazem, alguns têm esse mesmo Estado garantindo a proteção dos direitos e liberdades individuais, enquanto outros têm um Estado que atropela esses direitos e liberdades. Seu argumento é que o desenvolvimento institucional prossegue como uma corrida entre o poder do Estado e o poder da sociedade, já que as pessoas exigem a presença do Leviatã impondo regras e ordem e se ressentem de seu poder. Se o Estado se torna demasiado poderoso em relação à sociedade, o resultado é uma situação despótica; se o Estado é demasiado fraco, o resultado é um Estado incapaz de fornecer os alicerces necessários para o desenvolvimento. No meio, há o "corredor estreito" ao longo do qual o aumento da capacidade do Estado pressiona por mais controle social, e o aumento do poder da sociedade pressiona por um Estado mais capaz (e inclusivo). O objetivo do livro é mostrar como a liberdade individual pode surgir pela interação do poder do Estado com a mobilização de sua população em reivindicar pautas. Através dessa liberdade, as nações seriam mais prósperas, pois a liberdade individual possibilita o surgimento de inovações em métodos produtivos, a construção de novas ideias e a experimentação de diferentes organizações para atingir determinados fins. O argumento do livro é que, para que a liberdade surja e floresça, tanto o Estado quanto a sociedade precisam ser fortes.

Um Estado forte é necessário para controlar a violência, impor leis e fornecer serviços públicos essenciais a uma vida em que a população possa tomar suas decisões e ir atrás de seus caminhos escolhidos. Uma sociedade forte e mobilizada é necessária para controlar e limitar um estado forte. A & R (2022, p. xxi). Segundo Acemoglu e Robinson (2022), *para a liberdade existir, é necessário um Estado tão forte quanto uma sociedade mobilizada*. É nesse jogo, numa espécie de competição e cooperação, que se dá a garantia da liberdade. Se o Estado é poderoso demais, abala o equilíbrio. Se a sociedade se torna indiferente às leis e às instituições, a liberdade fica comprometida. Assim, existia um corredor estreito para a liberdade, no qual o Estado e a sociedade equilibram um ao outro. Neste corredor, ambos não apenas competem entre si, mas também cooperam, e esta cooperação amplia a capacidade estatal de fornecer o que a sociedade quer e fomenta uma mobilização social maior para monitorar esta capacidade. A & R (2022, p. xxi). O que o torna um corredor, e não uma porta, é o fato de que conquistar a liberdade é um processo, no qual temos que percorrer um longo trecho antes que a violência seja controlada, leis sejam escritas e implantadas e o Estado comece a fornecer serviços aos seus cidadãos. A & R (2022, p. xxi)

Caso o poder do Estado cresça sem o concomitante fortalecimento da mobilização da sociedade para restringi-lo, temos um Estado autoritário, com a China sendo o grande exemplo atual. Por outro lado, quando o Estado é fraco, não conseguindo impor leis, as normas e costumes sociais governam a vida da população. Nesse caso, temos um Leviatã Ausente (os autores pegaram o termo Leviatã emprestado de Thomas Hobbes). O caso chinês seria um Leviatã Despótico. Os dois paradigmas citados são de sociedades com baixa liberdade individual. No primeiro (China), o Estado restringe o empoderamento social, enquanto no segundo caso (alguns países africanos), a própria sociedade, por meio de regras informais (o que eles denominam de "a gaiola das normas"), constringe a liberdade das pessoas. É no meio desses dois extremos que temos o corredor, o caminho pelo qual a sociedade pode obter liberdade individual.

Uma vez dentro do corredor, não há a garantia de que o país permanecerá nele no futuro. A República de Weimar na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial é dada como exemplo para elucidar esse ponto. A Alemanha era uma nação democrática e com população escolarizada, entretanto, ao permitir o crescimento da força do Estado, com uma parca mobilização da sociedade para freá-lo, deu origem ao governo Nazista de Hitler, juntamente com o seu autoritarismo. O Estado deve se fortalecer para conseguir ofertar serviços públicos, mas também a mobilização social, o empoderamento e a participação da sociedade devem igualmente recrudescer para frear a força do Estado, de forma a torná-lo restrito a determinados limites (corredor). O corredor de fato é estreito, e a luta entre maior Estado e população mais engajada politicamente não cessa. É um processo dinâmico.

O corredor depende da interação simultânea do fortalecimento tanto do Estado quanto da mobilização da sociedade. Um Estado forte para impor leis e limitar condutas contrárias à ordem pública. Uma sociedade mobilizada para conter esse Estado, ao mesmo tempo exigindo que ele atenda demandas sociais de todos os grupos. Assim temos o *Shackled Leviathan* (Leviatã agrilhado, restringido). Inglaterra, Estados Unidos e Atenas da antiguidade são exemplos de sociedades que conseguiram entrar e permanecer no corredor. Como veremos a seguir, a solução proposta é baseada no sucesso do Estado da Suécia em conciliar demandas de diferentes grupos (fazendeiros, industriais e trabalhadores) após a Grande Depressão de 1929. A Suécia seguiu à risca a teoria do corredor estreito, criando um Estado forte e capaz de fornecer uma ousada rede de serviços públicos que abrangesse toda a população e ao mesmo tempo não se deslocando para o autoritarismo, uma vez que a população se mobilizou aumentando sua participação no processo político.

Um dilema central para qualquer pessoa interessada no governo é a natureza dual do Estado. Um Estado forte é necessário para “controlar a violência, impor leis e oferecer serviços públicos essenciais”. Uma sociedade forte e mobilizada é necessária para impedir o despotismo e exigir um Estado que cumpra as suas funções. Deste embate abre-se um “corredor estreito”, que é o processo de transformação rumo ao desenvolvimento. Então, ao analisarmos diversas sociedades em diferentes momentos de sua história, chegamos à conclusão de que é preciso haver um equilíbrio entre Estado e sociedade. Tanto o Estado como a sociedade precisam ser fortes para que as instituições inclusivas possam florescer. Por um lado, o Estado pode ser uma força poderosa para o bem - aproveitando e coletivizando recursos para criar ou impor regras e normas que apoiem os bens públicos. Nesse papel, os Estados criaram “resultados milagrosos” - sistemas de esgoto, saúde pública e educação, tribunais: bens públicos que melhoraram radicalmente a vida das pessoas. Por outro lado, o mesmo poder semelhante ao Leviatã que pode tornar o Estado crítico para a criação de valor público também o torna aterrorizante. O mundo está cheio de exemplos de poder estatal usado para deslocar, punir e aterrorizar comunidades marginalizadas, buscar guerras de agressão ou simplesmente eliminar a dissidência.

A construção de novas capacidades estatais é, portanto, sempre repleta de dilemas. Tais capacidades podem ser essenciais para enfrentar novos problemas - regulando as empresas de mídia social, abordando a pobreza ou combatendo uma pandemia. Mas eles também podem ser usados para limitar a liberdade e sujeitar os cidadãos.



O Corredor Estreito refere-se a um delicado equilíbrio entre os poderes do Estado e da sociedade (a sociedade civil, os cidadãos e o setor privado), com o argumento central do livro sendo que, para que a liberdade surja e floresça, ambos devem ser fortes.

O “Leviatã Agrilhado” refere-se a um Estado que é responsabilizado pela sociedade que exalta os direitos dos cidadãos (através de uma Constituição ou Declaração dos Direitos – exemplo – EUA). Aqui as pessoas reclamam e protestam caso seus limites sejam desrespeitados. Este Leviatã é poderoso, mas coexiste com uma sociedade que tem voz e está vigilante e disposta a se envolver em política e contestar o poder. A&R (2022, p. 36). O “Leviatã Agrilhado” também cria uma ampla variedade de oportunidades econômicas e incentivos, e ao promover um crescimento sustentável na prosperidade econômica A&R (2022, p. 37).

Conforme enfatizaram A & R (2012) no livro “ Porque as nações fracassam”, o crescimento econômico precisa não apenas de segurança dos direitos de propriedade, comércio e investimento, mas de maneira ainda mais fundamental, de inovação e aumento contínuo de produtividade. A&R (2022, p. 149). É muito mais difícil conseguir isso sob o olhar duro do Leviatã Despótico. A inovação exige criatividade, e a criatividade exige liberdade – que os indivíduos ajam sem medo, experimentem e decidam o seu próprio caminho a partir das próprias ideias, mesmo que seja o caminho que os outros desejam que eles sigam. É difícil manter isto sob o despotismo, pois as oportunidades não estão abertas a todos quando o grupo domina o restante da sociedade, nem há muita tolerância para caminhos diferentes e experimentos em uma sociedade sem liberdade [ A&R (2022, p. 149)]. Contudo, como eles destacam, no “Corredor Estreito”, isto é muito mais difícil de conseguir obter inovações sob o olhar duro do Leviatã Despótico, pois as inovações exigem criatividade, e a criatividade exige liberdade – que os indivíduos ajam sem medo, experimentem e decidam o próprio caminho a partir das próprias ideias, mesmo que seja o caminho que outros desejam que eles sigam. É difícil manter isso sob o despotismo.

As oportunidades não estão abertas a todos quando um grupo domina o restante da sociedade, nem há muita tolerância para caminhos diferentes e experimentos em uma sociedade sem liberdade [A&R (2022, p. 149)].

O crescimento econômico num contexto de “Leviatã Despótico” tende a ser limitado porque ele não ativaria e nem alimentaria os aspectos mais produtivos da sociedade – sua habilidade de funcionar livremente, de gerar oportunidades amplas e incentivos para a atividade econômica, e de fazer surgir investimentos, experimentação e inovação. Para isso temos que esperar o surgimento da liberdade e do “ Leviatã Agrilhado” [A&R (2022, p. 164)].

A liberdade e a capacidade estatal plena dependem do equilíbrio de poder entre o Estado e a sociedade. Se o Estado e as elites se tornam poderosos demais, surge o Leviatã despótico. Se ficam para trás, surge o “Leviatã Ausente”. Então é necessário que tanto o Estado quanto a sociedade andem juntos, sem que nenhum tome a frente, isto é o que os autores chamam do “efeito da Rainha Vermelha”[ A&R (2022, p. 53)].

O “Efeito da Rainha Vermelha” é uma metáfora utilizada por Acemoglu e Robinson (2022) no livro "O Corredor Estreito" para descrever a dinâmica competitiva entre elites políticas em sociedades com instituições fracas. O nome da metáfora é inspirado em um personagem do livro "Através do Espelho" de Lewis Carroll, que corre sem sair do lugar. Na teoria de Acemoglu e Robinson (2022), o “efeito da Rainha Vermelha” se refere à dinâmica em que a elite no poder compete com outras elites, gastando cada vez mais recursos para manter seu poder e se manter no lugar, em vez de investir em políticas que beneficiem a sociedade como um todo. Essa competição pode levar a uma falta de progresso e desenvolvimento econômico em longo prazo. O “efeito Rainha Vermelha” se refere a uma situação na qual é preciso “continuar correndo” só para manter sua posição, como no caso de Estado e sociedade correndo para manter o equilíbrio entre si. Se a sociedade diminuir seu ritmo e não continua a correr rápido o suficiente para dar conta do poder crescente do Estado, o Leviatã Agrilhado pode rapidamente se transformar num Leviatã Despótico. É necessário da competitividade da sociedade para manter o Leviatã sob controle, e quanto mais capaz e poderoso o Leviatã for, mais poderosa e atenta a sociedade precisa se tornar [A&R (2022, p. 54)]. Os autores reconhecem a natureza precária ou instável do “efeito da Rainha Vermelha”, na qual um pode conseguir ultrapassar o outro, arrancando ambos do corredor. Assim, eles destacam que o “efeito da Rainha Vermelha” exige que a competição entre Estado e Sociedade, entre elites e não elites, não seja completamente de soma zero, com cada lado tentando destruir e se livrar do outro [A&R (2022, p. 87)].

De acordo com Acemoglu e Robinson (2022), instituições políticas fracas permitem que elites dominantes capturem o poder político e utilizem esse poder para promover seus próprios interesses, em detrimento da sociedade como um todo. Essas elites se envolvem em uma competição intensa para manter seu poder, e muitas vezes investem em estratégias de curto prazo, como a repressão de grupos rivais, em vez de investir em políticas que beneficiem a sociedade como um todo. O efeito da Rainha Vermelha é, portanto, um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social em sociedades com instituições políticas fracas. Para superar esse efeito, Acemoglu e Robinson (2022) argumentam que é necessário criar instituições políticas mais fortes e inclusivas, que permitam que diferentes grupos tenham voz e participação no processo político, e que possam constrianger o poder das elites dominantes.

O "Corredor Estreito" é uma metáfora utilizada por Acemoglu e Robinson (2022) no livro "O Corredor Estreito" para descrever o espaço institucional em que o desenvolvimento econômico pode ocorrer. Assegurar esta negociação constante entre os dois Estados e a Sociedade - é o segredo para “entrar“ no corredor - dotar o Estado de novas capacidades para enfrentar novos problemas e criar um valor público, mas limitando o seu poder de prevenir abusos grosseiros. O “Corredor Estreito” representa um conjunto de instituições políticas e econômicas que são inclusivas e que permitem a participação de diferentes grupos sociais e a concorrência entre eles, sem permitir que qualquer grupo capture o poder político e econômico de forma exclusiva. No “Corredor Estreito”, a sociedade tem espaço para inovar e investir, e as instituições promovem a competição, o empreendedorismo e o crescimento econômico. Por outro lado, fora do “Corredor Estreito”, a sociedade está sujeita a instituições políticas e econômicas extrativas, que permitem que elites políticas e econômicas dominantes capturem recursos e poder, sem deixar espaço para a concorrência e a inovação. Acemoglu e Robinson

(2022) argumentam que o desenvolvimento econômico depende da criação de instituições políticas e econômicas inclusivas que permitam que a sociedade esteja dentro do corredor estreito. Essas instituições precisam garantir o direito de propriedade, a aplicação da lei, a liberdade de expressão e a participação política ampla e inclusiva.

A largura do Corredor e a estabilidade dentro dele não podem ser dadas como garantidas. A largura do Corredor é ampliada por instituições democráticas e participativas. Caso essas instituições percam a confiança das pessoas, o corredor se estreita e a capacidade da sociedade de lidar com os conflitos fica reduzida. Quando a capacidade da sociedade de lidar com os conflitos aumenta, o corredor se alarga [A & R (2022, p.643)]. A largura do “Corredor Estreito” é determinada pela forma como as instituições políticas e econômicas se organizam em uma determinada sociedade. Se as instituições são inclusivas, abertas e permitem a participação de uma ampla gama de indivíduos e grupos, o “Corredor Estreito” será mais amplo e permitirá um conjunto maior de políticas e instituições que levam ao desenvolvimento econômico.

Segundo A & R (2022, p. 614), uma das principais mensagens do livro é de que não há uma tendência natural de todas as nações avançarem em direção a um conjunto uniforme de instituições estatais e relações Estado-sociedade. “Leviatãs Despóticos”, de “Papel” e Ausentes” não são menos robustos que os do tipo “Agrilhado”. Além disso, temos que, independentemente da forma do corredor, os países que não formarem novas coalizões amplas e não apoiarem acordos não conseguirão pôr os pés no corredor. Segundo A & R (2022, p 661) – “o progresso humano depende da capacidade estatal para fazer frente aos novos desafios e combater todas as formas de dominação, tanto antigas como as novas, mas isso só ocorrerá caso a sociedade exija e se mobilize para defender os direitos de todos. Não existe nada fácil ou automático nisso, mas isso pode acontecer, e acontece segundo eles.

Como destacado pela comissão do Prêmio Nobel de Economia deste ano [cf. <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2024/popular-information/> ], Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson contribuíram com suas pesquisas inovadoras sobre o que afeta a prosperidade econômica dos países no longo prazo. Suas pesquisas empíricas e principalmente históricas, buscaram indicar a importância fundamental do tipo de instituições políticas e econômicas que foram introduzidas durante a colonização de várias partes do mundo. Sua pesquisa teórica contribuiu também para nossa compreensão de porque é tão difícil reformar as instituições extrativistas, ao mesmo tempo em que aponta algumas das circunstâncias em que isso pode acontecer.

O trabalho dos laureados teve uma influência decisiva na pesquisa contínua na economia e ciência política. Suas percepções sobre como as instituições influenciam a prosperidade mostram que os trabalhos para apoiar a democracia e instituições inclusivas é um caminho importante para a promoção do desenvolvimento econômico e na geração da prosperidade econômica. Além disso, suas contribuições já estão sendo incorporadas em alguns livros textos modernos de economia [cf. Acemoglu, Laibson e List (2019)]. No curso de Teoria Macroeconômica da UFRGS estes assuntos e autores já são tratados e estudados pelos alunos de graduação em Economia.

### **Bibliografia sugerida:**

ACEMOGLU, Daron. (1995). Reward Structures and the Allocation of Talent. *European Economic Review*, 39: 17-33.

\_\_\_\_\_. (2009). *Introduction to Modern Economic Growth*. Princeton University Press.

ACEMOGLU, D.; LAIBSON, D. e LIST, J.A. (2019). *Macroeconomics* (second edition). London. Pearson. Global Edition.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, S. e ROBINSON, J. (2004). Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth. *Handbook of Economic Growth*.

\_\_\_\_\_. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *American Economic Review*, 91 (5): 1369-1401.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, S. (2007). Disease and Development: The Effect of Life Expectancy on Economic Growth. Mimeo.

ACEMOGLU, Daron; e ROBINSON, J. (2012). *Por qué as Nações Fracassam: As Origens do Poder, da Propriedade e da Pobreza*. Rio de Janeiro, Editora Campus.

\_\_\_\_\_. (2022). *O Corredor Estreito: Estados, Sociedades e o Destino da Liberdade*. Rio de Janeiro, Intrínseca.

JONES, Hywel G. (1979). *Modernas Teorias do Crescimento Econômico*. São Paulo, Atlas.

JONES, C.I. (2015). *The Facts of Economic Growth*. Cambridge, NBER Working Paper 21142.

JONES, Charles I. E VOLLARTH, D. (2015). *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro, Campus.

KNACK, Stephen. (1994). Institutions and Convergence Hypothesis: Cross-National Evidence. *Public Choice*, 87 (3-4): 207-228, June.

\_\_\_\_\_. (2006). *Democracy, Governance and Growth*. Ann Arbor, Michigan University Press.

KNACK, Stephen e KEEFER, Philip. (1995). Institutions and Economic Performance: Cross-Country Tests Using Alternative Institutional Measures. *Economic and Politics*, 7 (3): 207-227.

\_\_\_\_\_. (1997). Why Don't Poor Countries Catch Up? A Cross-National Test of an Institutional Explanation. *Economic Inquiry*, 35: 590-602, July.

KNACK, Stephen e ZAK, P.J. (2001). Trust and Growth. *Economic Journal*, 111:295-321.

LA PORTA, R.; LOPES-DE-SILANES, F. (1998). *Capital Markets and Legal Institutions*. Harvard University, May 15, 1998.

LA PORTA, R.; LOPES-DE-SILANES, F. e SHLEIFER, A. (1998). Law and Finance. *Journal of Political Economy* 106 (6): 1113-1155.

\_\_\_\_\_. (1999). Corporate Ownership Around the World. *Journal of Finance* 54 (2): 471-517, April.

LA PORTA, R.; LOPES-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A. e VISHNY, R. (2000). Investor Protection and Corporate Governance. *Journal of Financial Economics*, 58: 3-27.

LANDES, D.S. (1990). Why Are We So Rich and Are They So Poor? *American Economic Review* 80: 1-13.

\_\_\_\_\_. (1998). *Riqueza e Pobreza das Nações: Por que Algumas São Tão Ricas e Outras Tão Pobres*, Rio de Janeiro, Editora Campus.

LEVINE, Ross. (1996a). Stock Markets: A Spur to Economic Growth. *Finance and Development*, March.

\_\_\_\_\_. (1996b). *Financial Development and Economic Growth*. World Bank, Policy Research Department, Finance and Private Sector Development Division.

LEVINE, R. (1999) Law, Finance and Economic Growth. *Journal of Financial Intermediation*, 8: 8-35.

MOKYR, J. (1990). *The Lever of Riches*. New York, Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. (2017). *Culture of Growth: The Origins of the Modern Economy*. Princeton, Princeton University Press.

NORTH, Douglas C. (1974). *Growth and Welfare in the American Past: A New Economic History*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc.

\_\_\_\_\_. (1981). *Structure and Change in Economic History*. New York, Norton.

\_\_\_\_\_. (1984). Three Approaches to the Study of Institutions. In:

COLLANDER, D. C. (1984). *Neoclassical Political Economy: The Analysis of Rent-Seeking and DUP Activities*. Cambridge, Ballinger.

\_\_\_\_\_. (1986). The New Institutional Economics. *Journal of Theoretical and Institutional Economics*, 142: 230-237, march.

\_\_\_\_\_. (1987). Rent-Seeking and New Institutional Economics. In: ROWLEY, Charles.K. (org.) (1987). *Democracy and Public Choice: Essays in Honor of Gordon Tullock*. Oxford, Basil Blackwell.

\_\_\_\_\_. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York, Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1994). Economic Performance Through Time. *American Economic Review*, 84 (3): 359-367, June.

\_\_\_\_\_. (1992). *Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal.

\_\_\_\_\_. (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press.

NORTH, Douglas C. e THOMAS, Robert Paul. (1973). *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge, Cambridge University Press.

### **Dados sobre os ganhadores do Prêmio Nobel de Economia – 2024**

DARON ACEMOGLU, nasceu em 1967 em Istambul, Turquia. Obteve seu PhD em Economia em 1992 pela London School of Economics and Political Science, Reino Unido. Atualmente é Professor do MIT, Cambridge, EUA.

SIMON JOHNSON, nasceu em 1963 em Sheffield, Reino Unido. Obteve seu PhD em 1989 pelo Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, EUA. Atualmente é Professor do MIT, Cambridge, EUA.

JAMES A. ROBINSON, nasceu em 1960. Obteve seu PhD em 1993 pela Universidade de Yale, New Haven, CT, EUA. Atualmente é Professor da Universidade de Chicago, IL, EUA.